

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outros auditores independentes

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes das reclassificações descritas na nota 2.23, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações com data de 13 de abril de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.698	87.872
Títulos e valores mobiliários	6	50.409	87.542
Contas a receber	7	161.607	116.888
Estoques	8	7.432	10.458
Tributos a recuperar	9	41.156	8.788
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.439	846
Despesas antecipadas		1.160	1.175
Partes relacionadas	23	19.853	37.458
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	39.456	44.722
Outros créditos		5.797	5.432
Total do ativo circulante		372.007	401.181
Não circulante			
Contas a receber	7	73.867	75.849
Tributos a recuperar	9	5.084	344
Depósitos judiciais	21	4.359	4.810
Partes relacionadas	23	-	50
Outros créditos		323	1.970
Total do ativo realizável a longo prazo		83.633	83.023
Investimentos		985	985
Imobilizado	11	308.381	571.909
Intangível	12	1.494	2.254
Total do ativo não circulante		394.493	658.171
Total do ativo		766.500	1.059.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Em milhares de reais

Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	21.752	36.751
Risco sacado a pagar - montadoras	14	13.053	108.217
Empréstimos e financiamentos	15	13.699	7.778
Arrendamentos financeiros a pagar	16	5.880	33.737
Obrigações trabalhistas	17	38.496	34.639
Tributos a recolher	18	13.391	14.379
Outras contas a pagar	19	19.347	18.826
Adiantamentos de clientes	20	17.840	20.149
Partes relacionadas	23	29.538	1.111
Total do passivo circulante		172.996	275.587
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	42.131	28.633
Arrendamentos financeiros a pagar	16	895	26.425
Provisão para demandas judiciais e administrativas	21	6.004	5.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.1	23.580	32.579
Outras contas a pagar	19	2.610	120
Partes relacionadas	23	-	1.105
Total do passivo não circulante		75.220	94.194
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	487.208	691.282
Reserva de capital	24.3	440	-
Lucros (prejuízos) acumulados	24.3	30.636	(1.711)
Total do patrimônio líquido		518.284	689.571
Total do passivo e patrimônio líquido		766.500	1.059.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reclassificado nota explicativa 2.23)
Receita líquida de prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados	28	800.190	885.613
(-) Custo das locações e das prestações de serviços	29	(559.067)	(698.554)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(135.769)	(103.370)
		(694.836)	(801.974)
(=) Lucro bruto		105.354	83.689
Despesas comerciais e administrativas	29	(37.945)	(59.098)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	20.840	(32.437)
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		88.249	(7.846)
Receitas financeiras	30	18.665	21.612
Despesas financeiras	30	(19.238)	(21.307)
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		87.676	(7.541)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22.2	(12.633)	(10.118)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22.2	(4.226)	12.991
Total do imposto de renda e da contribuição social		(16.859)	2.873
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício		70.817	(4.668)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	70.817	(4.668)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>70.817</u>	<u>(4.668)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		686.157	-	2.957	689.114
Aumento de capital	24.1	5.125	-	-	5.125
Prejuízo do exercício		-	-	(4.668)	(4.668)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		691.282	-	(1.711)	689.571
Aumento de capital	24.1	28.444	-	-	28.444
Acervo líquido cindido	24.1	(232.518)	-	-	(232.518)
Juros sobre capital próprio	24.2	-	-	(38.470)	(38.470)
Lucro líquido do exercício		-	-	70.817	70.817
Pagamento baseado em ações	24.3	-	440	-	440
Saldos em 31 de dezembro de 2017		487.208	440	30.636	518.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	87.676	(7.541)
Ajuste para:		
Depreciações e amortizações (Notas 11 e 12)	96.458	98.078
Custo de venda de ativos desmobilizados	135.768	103.370
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 21)	5.417	3.434
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	2.935	16.137
Ajuste a valor presente (Nota 30)	(254)	3.651
Provisão para perdas em estoques (Nota 8.1)	416	285
Créditos de impostos extemporâneos (Nota 9)	(37.735)	-
Baixa de outros ativos (Notas 11 e 12)	6.382	-
Pagamento baseado em ações (Nota 24.3)	440	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado	16.026	2.798
	313.529	227.753
Decréscimo (acrécimo) em ativos operacionais		
Contas a receber	(73.096)	54.228
Estoques	2.610	(1.039)
Tributos e contribuições a recuperar	(998)	31.399
Partes relacionadas	17.237	(13.512)
Depósitos judiciais	(69)	(7)
Outros créditos	1.212	11.329
Despesas antecipadas	(2.093)	5.042
(Decréscimo) acréscimo em passivos operacionais		
Fornecedores	8.758	(29.734)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(13.484)	2.211
Outras contas a pagar e adiantamentos	2.097	(23.730)
Partes relacionadas	28.002	-
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	(29.824)	36.187
Caixa gerado pelas atividades operacionais	283.705	263.940
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários	37.133	(58.506)
Demandas judiciais e administrativas pagas	(4.745)	(3.247)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.311)	(12.680)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado	(10.252)	(2.245)
Compra de ativo imobilizado operacional	(256.956)	(97.735)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	40.574	81.986
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	-	(985)
Compra de ativo imobilizado	(1.291)	-
Adições ao intangível	(102)	(7)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(1.393)	(992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	5.125
Caixa líquido decorrente de cisão parcial (Nota 1.1)	(15.000)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	24.883	(4.029)
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(55.768)	(40.724)
Juros sobre o capital próprio pagos	(38.470)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(84.355)	(39.628)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(45.174)	41.366
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	87.872	46.506
No final do exercício	42.698	87.872
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(45.174)	41.366
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(19.634)	(64.356)
Variação no saldo de risco sacado	96.353	(83.055)
Compras de imobilizado a financiar	11.511	-
Arrendamentos financeiros baixados decorrentes de cisão parcial (Nota 1.1)	(27.302)	-
Aporte de capital por meio de bens	(28.444)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa") é uma empresa limitada controlada direta da JSL S.A., com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; operação e manutenção de aterros sanitários e incineração de lixo e resíduos em geral; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos, máquinas e equipamentos de qualquer natureza; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos para órgãos públicos.

A tabela abaixo apresenta os contratos de concessões de transporte municipal de passageiros vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Descrição da concessão	Vigência
Transporte municipal de passageiros - Itaquaquecetuba - SP	16/12/1998 a 16/12/2018
Transporte municipal de passageiros - Mogi das Cruzes - SP	25/04/2004 a 25/04/2019
Transporte municipal de passageiros - Guararema - SP	23/07/2007 a 23/07/2022
Transporte municipal de passageiros - São José dos Campos - SP	17/04/2008 a 17/04/2020
Transporte municipal de passageiros - Sorocaba - SP	16/06/2011 a 16/06/2019

1.1 CISÃO

Por meio de Instrumento particular de alteração contratual de 28 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Empresa. A parcela cindida, no montante de R\$ 232.518 foi transferida para a CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Frotas"). A administração da Empresa entende que, havendo segregação de tais atividades, poderá desenvolver maior especialização delas, com os benefícios daí decorrentes no que concerne a melhoria de gestão e controle das operações, dos ativos e fluxos de caixa de cada uma das áreas.

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para CS Frotas, foi avaliado por empresa especializada em 22 de novembro de 2017.

Segue abaixo abertura do acervo líquido cindido final:

	Balço cindido (data base 22/11/2017)
Ativo	
Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.000
Contas a receber	27.678
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	5.360
Imobilizado	224.149
Demais ativos	3.189
Total dos ativos	275.376
Passivo	
Circulante e não circulante	
Fornecedores	12.246
Arrendamentos financeiros a pagar	27.302
Demais passivos	3.310
Total dos passivos	42.858
Acervo líquido cindido	232.518
Efeito líquido do caixa	
Caixa líquido decorrente da cisão parcial	15.000

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. BASES DE PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de maio de 2018.

2.2 Base para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.22.

2.3 Moeda de apresentação

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa.

2.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

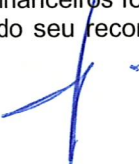
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários outros investimentos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Ativos financeiros não derivativos

i) Classificação e reconhecimento inicial

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.



CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Empresa designou parte dos títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A apuração do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas na demonstração de resultado de acordo com sua respectiva natureza. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

A Empresa designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

iii) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de "repasso"; e (i) A Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com o ativo. Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Empresa manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa, dos dois o menor.

2.4.2 Redução do valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Empresa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Empresa concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3 Passivos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como (i) mensurados a valor justo por meio do resultado, ou (ii) outros passivos financeiros. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros da Empresa incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, fornecedores, outras contas a pagar, risco sacado a pagar – montadoras e débitos com partes relacionadas.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

De acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os passivos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses passivos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

• Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

iii. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original, e reconhecido um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de veículos, ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes considerados com risco de inadimplir e que não possuam garantias firmes para honrar os créditos. A administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização de crédito existentes no mercado.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito do cliente é avaliada, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de crédito individuais são determinados com base em políticas definidas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica de Contas a receber (nota explicativa 7) e sua realização é registrada na rubrica de Receitas financeiras ou Despesas financeiras, pela fruição do prazo.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.7 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e passam a ser mensurados pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.8 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Os veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas de depreciação com base na média ponderada do tempo de utilização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstradas na nota explicativa 11.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização.

2.9 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

i. Empresa como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem à Empresa basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Empresa.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

ii. Empresa como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais a Empresa não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.10 Intangível

2.10.1 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e custos para sua operacionalização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10.2 Direitos de concessão

Os direitos de concessão para prestação de serviços de transporte urbano, são amortizados linearmente conforme o tempo de contrato. A outorga de São José dos Campos foi adquirida em 2008 e será amortizada até 2020 e a Outorga de Sorocaba foi adquirida em 2011 e será amortizada até 2019.

2.10.3 Amortização e testes de perda de valor recuperável (teste de "impairment")

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As taxas médias de amortização estão divulgadas na nota explicativa 12.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável. (“*impairment*”) individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. A Empresa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não possui ativos sem prazo de vida útil definida, desta maneira não se fez necessário teste de perda de valor recuperável (“*impairment*”).

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IR e CS”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

2.12 Outros ativos, contas a pagar e adiantamentos de clientes (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.13 Fornecedores a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, exceto quando designados como *fair value option*, nesse caso são classificados como passivo ao valor justo por meio do resultado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Risco sacado a pagar - montadoras

A Empresa possui convênios junto a alguns fornecedores denominados risco sacado ou *confirming* e apresenta essas operações na rubrica de risco sacado no passivo circulante. Essa operação visa alongar o prazo de pagamentos aos fornecedores por meio de uma instituição financeira.

Os juros destas operações são reconhecidos pela competência mês a mês de acordo com os contratos firmados com as instituições financeiras.

2.16 Provisões

2.16.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Empresa avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

i. Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços.

Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de locação de veículos

A receita de locação de veículos é reconhecida de acordo com os contratos de aluguel desses veículos.

iii. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

iv. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, e a despesa de juros é reconhecida na rubrica de despesa financeira, ambas na demonstração de resultado.

2.18 Operações em conjunto (consórcios)

A Empresa mantém operações em consórcios (123 e Sorocaba), na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de ativos e outros recursos da Empresa, assim como dos outros participantes do Consórcio em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Empresa registra os ativos por ela controlados, os passivos e as despesas por ela incorridos, bem como a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviços.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Empresa. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação nas seguintes entidades: Consórcio 123 (33,33%) e Consórcio Sorocaba (50%).

2.19 Benefícios a empregados

2.19.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Empresa mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus colaboradores com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende de termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados, em contrapartida da reserva de capital, no Patrimônio Líquido.

2.21 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas, em reunião dos quotistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22 Uso de estimativas de julgamento

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas nas notas explicativas abaixo:

- i) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) – Nota explicativa 7;
- ii) Valor justo dos instrumentos financeiros – Nota explicativa 3
- iii) Imobilizado (depreciação de veículos e máquinas e equipamentos e definição do valor residual) – Nota explicativa 11;

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- iv) Provisão para demandas judiciais e administrativas – Nota explicativa 21;
v) Recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos – Nota explicativa 22.1;

2.23 Reclassificação de saldos comparativos

A partir de 01 de janeiro de 2017, a Empresa passou a apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas.

Os valores correspondentes a esses créditos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 21.796, foram reclassificados na demonstração de resultado, da rubrica de impostos sobre vendas no grupo de receita líquida para a rubrica custos dos produtos e serviços vendidos.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

3.1 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	41.143	1.555	42.698	85.503	2.369	87.872
Títulos e valores mobiliários	50.409	-	50.409	87.542	-	87.542
Contas a receber	-	235.474	235.474	-	192.737	192.737
Partes relacionadas	-	19.853	19.853	-	37.508	37.508
Outros créditos	-	6.120	6.120	-	7.402	7.402
	91.552	263.002	354.554	173.045	240.016	413.061

Passivo, conforme balanço patrimonial	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Fornecedores	21.752	21.752	36.751	36.751
Risco sacado a pagar - montadoras	13.053	13.053	108.217	108.217
Empréstimos e financiamentos	55.830	55.830	36.411	36.411
Arrendamentos financeiros a pagar	6.775	6.775	60.162	60.162
Partes relacionadas	29.538	29.538	2.216	2.216
Outras contas a pagar	21.957	21.957	18.946	18.946
	148.905	148.905	262.703	262.703

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42.698	87.872	42.698	87.872
Títulos e valores mobiliários	50.409	87.542	50.409	87.542
Contas a receber	235.474	192.737	235.474	192.737
Partes relacionadas	19.853	37.508	19.853	37.508
Outros créditos	6.120	7.402	6.120	7.402
Total	354.554	413.061	354.554	413.061
Passivos Financeiros				
Fornecedores	21.752	36.751	21.752	36.751
Risco sacado a pagar - montadoras	13.053	108.217	13.053	108.217
Empréstimos e financiamentos	55.830	36.411	53.755	27.561
Arrendamentos financeiros a pagar	6.775	60.162	6.632	60.136
Partes relacionadas	29.538	2.216	29.538	2.216
Outras contas a pagar	21.957	18.946	21.957	18.946
Total	148.905	262.703	146.687	253.827

O valor justo da dívida foi calculado a partir do preço atual de cada instrumento de dívida da Empresa, de tal forma que sua reposição permita a Empresa as mesmas características de fluxos de caixas e prazos remanescentes da operação original. Especificamente quanto aos contratos de Finame, pré-fixados, foram apurados os valores justos com base nas suas marcações ao mercado.

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em, Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”), Letras do Tesouro Nacional (“LTN”) e outros títulos;

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível Certificado de depósitos bancários (“CDB”) e Operações Compromissadas.

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	17.748	17.748	-	38.882	38.882
Operações compromissadas	-	23.395	23.395	-	46.621	46.621
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	21.588	-	21.588	37.656	-	37.656
LTN - Letras do Tesouro Nacional	27.615	-	27.615	49.886	-	49.886
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	1.206	1.206	-	-	-
	49.203	42.349	91.552	87.542	85.503	173.045

3.3 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamentos a pagar. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TJLP e dívidas atreladas à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,86%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa. Sobre a TJLP e SELIC, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2017 é de 7,00% a.a.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), para as taxas dos contratos pós-fixados.

Operação	Exposição	Taxa	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Caixa e equivalentes de caixa	41.143	97,3% do CDI	6,86%	2.822	2.117	1.411
Títulos e valores mobiliários	21.588	SELIC	7,00%	3.529	2.646	1.765
Títulos e valores mobiliários	1.206	98,0% do CDI	6,90%	83	104	125
		Total Ativo		6.434	4.867	3.301
Arrendamentos financeiros a pagar	(6.775)	CDI + 3,7%	10,63%	(721)	(900)	(1.080)
		Total CDI Passivo		(721)	(900)	(1.080)
Empréstimos e financiamentos	(1.379)	TJLP + 3,91%	7,00%	(97)	(121)	(145)
		Total TJLP Passivo		(97)	(121)	(145)
Impacto no resultado da despesa financeira sensível				5.616	3.846	2.076
Aplicações e dívidas a taxas pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários	27.615	PRÉ-FIXADO	6,89%	1.902	1.902	1.902
Empréstimos e financiamentos	(54.451)	PRÉ-FIXADO	5,54%	(3.017)	(3.017)	(3.017)
Risco sacado a pagar - montadoras	(13.053)	PRÉ-FIXADO	4,50%	(587)	(587)	(587)
Impacto total da despesa financeira no resultado				3.914	2.144	374

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Empresa, referem-se a fornecedores, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Empresa possui em seu ativo contas a receber, outros créditos e aplicações que resultam diretamente de suas operações. A Empresa está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro do Grupo JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para a Empresa. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações para a Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Empresa, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete a Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

i. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado mensalmente pela Empresa, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e a Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

ii. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco aplicáveis para a Empresa: risco de taxa de juros.

Os Instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, da Empresa, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 3.3.

iii. Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Empresa é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	21.752	21.752	21.752	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	13.053	13.053	13.053	-	-
Empréstimos e financiamentos	55.830	60.723	15.892	13.540	31.291
Arrendamentos financeiros a pagar	6.775	7.082	6.155	857	70
Partes relacionadas	29.538	29.538	29.538	-	-
Outras contas a pagar	21.957	21.957	19.347	2.610	-
Total	148.905	154.105	105.737	17.007	31.361

4. NOVAS NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo referido Comitê mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

4.1 CPC 48 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A norma CPC 48 substituirá a partir para 1º de janeiro de 2018, a norma vigente CPC 38 Instrumentos Financeiros- Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- classificação e mensuração de ativos financeiros;
- redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- contabilidade de *hedge*

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Na tabela abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da alocação em 1º de janeiro de 2018:

	31 de dezembro de 2017 - CPC 38			1º de janeiro de 2018 - CPC 48		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Custo amortizado	Valor Justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	41.143	1.555	42.698	1555	41.143	42.698
Títulos e valores mobiliários	50.409	-	50.409	-	50.409	50.409
Contas a receber	-	235.474	235.474	235.474	-	235.474
Partes relacionadas	-	19.853	19.853	19.853	-	19.853
Outros créditos	-	6.120	6.120	6.120	-	6.120
Total	91.552	263.002	354.554	263.002	91.552	354.554
		Outros passivos financeiros	Total	Custo amortizado		Total
Passivos financeiros						
Fornecedores		21.752	21.752	21.752		21.752
Risco sacado a pagar – montadoras		13.053	13.053	13.053		13.053
Empréstimos e financiamentos		55.830	55.830	55.830		55.830
Arrendamentos financeiros a pagar		6.775	6.775	6.775		6.775
Partes relacionadas		29.538	29.538	29.538		29.538
Outras contas a pagar		21.957	21.957	21.957		21.957
Total		148.905	148.905	148.905		148.905

II. Redução ao valor recuperável “modelo de perdas em crédito esperadas”

A CPC 48 - Instrumentos Financeiros exige que a administração da Empresa realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas esperadas de seu valor. A Empresa aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Empresa apurou que o impacto da aplicação dessa nova norma não é relevante.

4.2 CPC 47 - RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE

A CPC 47 substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, por tipo de receita e identificou os seguintes aspectos que podem trazer impactos na mensuração da receita:

- Coleta de resíduos – O reconhecimento da receita é feito por meio de medições referentes as toneladas que foram coletadas e transportadas para esse tipo de receita. A Administração apurou que o impacto da aplicação desse nova norma não é relevante;
- Venda de veículos – O reconhecimento da receita é feito na transferência do bem e serviço, considerando inclusive itens de campanha de vendas e brindes para esse tipo de receita. A Administração apurou que o impacto da aplicação desse nova norma não é relevante;

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Transporte coletivo – O reconhecimento da receita é feito com base na tarifa cobrada por passageiro pagante e além disso, são considerados os valores recebidos dos Municípios referentes ao complemento dos valores das passagens de estudantes, deficientes, idosos e possíveis subsídios. A Administração apurou que o impacto da aplicação desse nova norma não é relevante;
- d) Distribuição urbana – O reconhecimento da receita é feito no momento da emissão da nota fiscal ou da emissão do CT-e (conhecimento de transporte eletrônico), que corresponde ao período apropriado por competência do serviço prestado. A Administração apurou que o impacto da aplicação desse nova norma não é relevante;
- e) Locação de veículos - O reconhecimento da receita é feito conforme contrato fechado. Adicionalmente está sendo avaliando os impactos do reconhecimento dessa receita em conexão com o CPC 06 (R2), A Administração apurou que o impacto da aplicação desse nova norma não é relevante.

4.3 CPC 06 (R2) – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização de arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem efeito retrospectivo.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Empresa tiver em aberto conforme mencionado na nota explicativa 27 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, a Empresa ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a CPC 06 (R2).

4.4 Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo CPC, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Empresa quando de sua adoção inicial:

- Alterações ao CPC 10 - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 18 - Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

A Empresa pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	896	783
Bancos	659	1.586
Total de disponibilidades	1.555	2.369
CDB - Certificado de depósitos bancários	17.748	38.882
Operações compromissadas	23.395	46.621
Total de aplicações financeiras	41.143	85.503
Total do caixa e equivalentes de caixa	42.698	87.872

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantida para o gerenciamento diário do caixa da Empresa. O valor justo e o saldo pelo custo amortizado para essas operações são semelhantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m., enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o rendimento médio foi de 100,2% do CDI, equivalente a 1,12% a.m.

6 TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

Operações	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos no país - fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	21.588	37.656
LTN - Letras do Tesouro Nacional	27.615	49.886
Outros títulos		
CDB - Certificado de depósitos bancários	1.206	-
Total	50.409	87.542

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas, baseadas na variação da taxa SELIC diária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 0,80% a.m. (1,12% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

7 CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valores a receber de serviços, locações e venda de ativos desmobilizados (i)	203.470	169.265
Receita de serviços e locações a faturar (ii)	54.523	43.914
Outras contas a receber	1.970	1.112
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (iii)	(24.489)	(21.554)
Total	235.474	192.737
Ativo circulante	161.607	116.888
Ativo não circulante	73.867	75.849
Total	235.474	192.737

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 90 dias são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a taxa média utilizada pela Empresa na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando incorridos;
- (ii) Receita de serviços e locações a faturar refere-se aos conhecimentos de transportes emitidos e reconhecidos como receita do período de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços. Com base nas medições de serviços prestados que são efetuadas de um período a outro, também são reconhecidas nesta rubrica o período de direito no mês; e
- (iii) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes, especialmente aqueles com títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto em casos de renegociações com garantias ou outras evidências de que os saldos sejam recebíveis. A administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização de crédito existentes no mercado. A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(5.417)
(-) Adições	(16.736)
(+) Baixas ou reversões	599
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.554)
(-) Adições	(5.280)
(+) Baixas ou reversões	2.345
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(24.489)

Classificação por vencimentos (*aging list*)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos a vencer	121.394	86.132
Vencidos em até 30 dias	10.701	28.322
Vencidos de 31 a 90 dias	12.736	26.790
Vencidos de 91 a 180 dias	3.262	32.947
Vencidos de 181 a 365 dias	12.110	17.589
Vencidos há mais de 365 dias (i)	99.760	22.511
Total vencidos	138.569	128.159
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24.489)	(21.554)
Total	235.474	192.737

- (i) Saldo composto substancialmente por contas a receber de contratos públicos, no qual não é considerado como risco passível de provisão para perda uma vez que, dada a característica da operação, existe uma alta expectativa de recebimento.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 ESTOQUES

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material uso e consumo (i)	8.672	10.659
Outros	43	666
(-) Provisão estimada para perdas de estoque (ii)	(1.283)	(867)
Total	7.432	10.458

- (i) Refere-se à peças e acessórios, pneus, combustível, material de limpeza, uniforme, entre outros materiais utilizados nas prestações de serviços;
- (ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo sem giro há mais de doze meses. A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir

8.1 Movimentação da provisão para perdas

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(582)
(-) Adições	(1.631)
(+) Baixas	1.346
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(867)
(-) Adições	(1.018)
(+) Baixas	602
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.283)

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS (ii)	35.867	114
INSS (i)	8.183	6.609
Imposto de renda retido na fonte	876	1.395
ISS	621	621
ICMS	482	344
Outros impostos	211	49
Total	46.240	9.132
Ativo circulante	41.156	8.788
Ativo não circulante	5.084	344
Total	46.240	9.132

- (i) Conforme nota explicativa 29, durante o exercício de 2017, a Empresa registrou créditos extemporâneos de INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social no montante de R\$ 3.998 relacionados a temas já considerados pacificados no âmbito administrativo e judicial;
- (ii) Conforme nota explicativa 29, durante o exercício de 2017, a Empresa registrou créditos extemporâneos de PIS - Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social no montante de R\$ 39.865 relacionados a locação de veículos. Contudo, o montante de R\$ 3.998 foi realizado durante o próprio exercício de 2017, restando um saldo de R\$ 35.867, cujo estudos internos serão 100% compensado durante o exercício 2018 e por isso estão classificados em circulante.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

Como resultado do processo de renovação de frota, a Empresa disponibiliza veículos leves e pesado, máquinas e equipamentos para a venda no montante de R\$ 39.456 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 44.722 em 31 de dezembro de 2016).

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	69.246	-	69.246
Bens transferidos do imobilizado	217.629	264	217.893
Bens baixados por venda	(226.702)	(442)	(227.144)
Em 31 de dezembro de 2017	60.173	(178)	59.995
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	(24.524)	-	(24.524)
Bens transferidos do imobilizado	(87.391)	-	(87.391)
Bens baixados por venda	90.997	379	91.376
Em 31 de dezembro de 2017	(20.918)	379	(20.539)
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.722	-	44.722
Saldo em 31 de dezembro de 2017	39.255	201	39.456

	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2015	31.643	31.643
Bens transferidos do imobilizado	202.075	202.075
Bens baixados por venda	(164.472)	(164.472)
Em 31 de dezembro de 2016	69.246	69.246
Depreciação acumulada:		
Em 31 de dezembro de 2015	(8.959)	(8.959)
Bens transferidos do imobilizado	(76.082)	(76.082)
Bens baixados por venda	60.517	60.517
Em 31 de dezembro de 2016	(24.524)	(24.524)
Valor líquido:		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.684	22.684
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.722	44.722

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 IMOBILIZADO

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Construções em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	676.686	29.623	12.741	(2.847)	725	1.672	290	718.890
Adições (i)	196.226	944	-	976	46	269	-	198.461
Transferências	-	1	(2.567)	2.567	-	(1)	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(217.629)	(264)	-	-	-	-	-	(217.893)
Baixa de ativos e outros (ii)	(269.326)	(693)	(958)	-	(146)	(342)	-	(271.465)
Em 31 de dezembro de 2017	385.957	29.611	9.216	696	625	1.598	290	427.993
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	(129.352)	(13.162)	(3.453)	-	(445)	(461)	(108)	(146.981)
Despesa de depreciação no exercício	(90.465)	(2.789)	(1.916)	-	(110)	(168)	(152)	(95.600)
Transferência para bens destinados a venda	87.391	-	-	-	-	-	-	87.391
Baixa de ativos e outros (ii)	34.854	353	242	-	46	69	14	35.578
Em 31 de dezembro de 2017	(97.572)	(15.598)	(5.127)	-	(509)	(560)	(246)	(119.612)
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	547.334	16.461	9.288	(2.847)	280	1.211	182	571.909
Saldo em 31 de dezembro de 2017	288.385	14.013	4.089	696	116	1.038	44	308.381
Taxa média de depreciação (%) - no exercício:								
Leves	10,7%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	10,0%	10,8%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	12,9%	-	19,9%	11,1%	9,8%	-

(i) Está composto por R\$ 28.444 referente a aumento de capital da controladora JSL feito com bens, conforme descrito na nota 24.1

(ii) As baixas do imobilizado no exercício, refere-se principalmente a cisão parcial para a CS Brasil Frotas Ltda., conforme mencionado na nota 1.1. O total de imobilizado transferido foi no valor de R\$ 224.149.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Beneficiários em						Outros	Total
	Veículos	Máquinas e equipamentos	propriedade de terceiros	Construções em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios		
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2015	636.999	18.598	8.057	533	645	1.391	215	666.438
Adições	289.877	180	847	457	83	281	-	291.725
Baixas custo	(162.333)	(732)	3.837	(3.837)	(3)	-	-	(163.068)
Transferências	214	(214)	-	-	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros (i)	(86.429)	11.791	-	-	-	-	75	(74.563)
Em 31 de dezembro de 2016	678.328	29.623	12.741	(2.847)	725	1.672	290	720.532
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2015	(112.163)	(5.303)	(2.501)	-	(324)	(316)	(189)	(120.796)
Despesa de depreciação no exercício	(93.174)	(2.881)	(952)	-	(124)	(145)	(98)	(97.374)
Baixas depreciação	58.771	1.494	-	-	-	-	3	60.271
Transferências	(97)	97	-	-	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros (i)	15.669	(6.569)	-	-	3	-	176	9.276
Em 31 de dezembro de 2016	(130.994)	(13.162)	(3.453)	-	(445)	(461)	(108)	(148.623)
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	524.836	13.295	5.556	533	321	1.075	26	545.642
Saldo em 31 de dezembro de 2016	547.334	16.461	9.288	(2.847)	280	1.211	182	571.909
Taxa média de depreciação (%) - no exercício:								
Leves	14,8%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	8,1%	14,6%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	10,7%	-	17,0%	8,7%	45,0%	-

(i) Refere-se substancialmente ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação da frota).

11.1 Arrendamento dos itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento financeiro, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	10.180	76.473
Depreciação acumulada	(1.156)	(10.245)
Saldo contábil, líquido	9.024	66.228

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 INTANGÍVEL

	Direito de concessão (i)	Softwares	Total
Custo de aquisição			
Em 31 de dezembro de 2016	6.007	2.074	8.081
Adições	-	102	102
Baixas	-	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2017	6.007	2.171	8.178

Amortização acumulada:

Em 31 de dezembro de 2016	(4.114)	(1.713)	(5.827)
Despesas de amortização no exercício	(575)	(283)	(858)
Baixas	-	1	1
Em 31 de dezembro de 2017	(4.689)	(1.995)	(6.684)

Intangível líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.272	361	2.254
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.318	176	1.494

	Direito de concessão (i)	Softwares	Total
Custo de aquisição			
Em 31 de dezembro de 2015	6.007	2.612	8.619
Adições	-	7	7
Baixas	-	(545)	(545)
Em 31 de dezembro de 2016	6.007	2.074	8.081

Amortização acumulada:

Em 31 de dezembro de 2015	(3.544)	(1.551)	(5.095)
Despesas de amortização no exercício	(284)	(420)	(704)
Baixas	(286)	258	(28)
Em 31 de dezembro de 2016	(4.114)	(1.713)	(5.827)

Intangível líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.463	1.061	3.524
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.893	361	2.254

- (i) Composto principalmente pelo direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 2008 em São José dos Campos, sendo este com prazo de 12 anos e pelo direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano no município de Sorocaba-SP adquirido em 16 de junho de 2011 com prazo de 8 anos. Ambos estão sendo amortizado linearmente, conforme período de seus contratos. Adicionalmente, conforme nota explicativa 1, a Empresa possui outras concessões às quais não ocorreram outorgas no início do contrato, portanto não geraram intangíveis a serem registrados.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Montadora de carros	11.193	18.378
Peças e manutenção	3.422	7.355
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos	2.048	2.697
Material de estoque	2.309	4.795
Serviços contratados	454	665
Aluguel de imóveis	738	911
Outros (i)	1.588	1.951
Total	<u>21.752</u>	<u>36.751</u>

(i) Refere-se, substancialmente a pagamentos diversos relacionados aos consócios 123 e Sorocaba.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 RISCO SACADO A PAGAR – MONTADORAS

Modalidade	Taxa média (%)	Base	Venc.	31/12/2017	Movimentação				31/12/2016
					Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	
Risco sacado	4,50%	3 meses	ago/2018	13.053	24.032	(120.385)	(6.359)	7.548	108.217

A Empresa firmou convênios com instituições financeiras operações denominadas "risco sacado" para gerir os valores a serem a pagos de compra de veículos junto as montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados à essas operações.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2017			Movimentação				31/12/2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCB (i)	9,32%	Pré-Fixada	jun/18	70	-	70	-	(139)	(2)	-	142	69	211
Finame (ii)	2,90%	Pré-fixado	nov/24	6.386	27.343	33.729	13.334	(13.357)	(994)	967	7.014	26.765	33.779
Finame (ii)	10,80%	TJLP + 3,91 % a.a.	jul/22	305	1.074	1.379	3.751	(2.545)	(99)	175	51	46	97
FNE (iii)	9,99%	Pré-fixado	mar/21	6.069	13.714	19.783	23.022	(3.286)	(1.040)	1.087	-	-	-
Capital de giro (CDC)	11,80%	Pré-fixado	-	-	-	-	-	(2.348)	(235)	259	571	1.753	2.324
Outros	7,40%	Pré-fixado	dez/18	869	-	869	1.861	(1.029)	-	37	-	-	-
				13.699	42.131	55.830	41.968	(22.704)	(2.370)	2.525	7.778	28.633	36.411

(i) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por contratos, dos quais, a parcela é remunerada a taxa de juros pré-fixadas em média 9,32% a.a. (2016 - 16,1% a.a.). Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso.

(ii) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP" mais 3,91% a.a. (2016 - TJLP mais 5,30% a.a.) e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 2,90% a.a. (2016 – 9% a.a.). Está composto de vários contratos com vencimentos variados até novembro de 2024. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso.

(iii) **FNEs** referem-se a operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Essas operações são remuneradas por taxas pré-fixadas na média de 9,99% a.a. e possuem vencimento até março de 2021. Essas operações não possuem cláusulas de compromisso.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv)
 O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

Total passivo circulante	Vencimento das parcelas	Valor Total	%
	até dezembro/2018	13.699	24%
	2019	12.022	22%
	2020	12.029	22%
	2021	7.447	13%
	2022	5.801	10%
	2023	3.147	6%
	2024	1.685	3%
Total passivo não circulante		42.131	76%
Total		55.830	100%

15.1 Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- FINAME e arrendamentos financeiros** – são garantidos pelos respectivos veículos e equipamentos financiados;
- FNE** – fianças bancárias.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

16 ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A PAGAR

Contratos de arrendamento financeiro na modalidade de arrendamento financeiro para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média p.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2017			Movimentação				31/12/2016			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Baixa por cisão	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Arrendamento financeiro - Leasing	10,53%	Pós fixada	set/2020	5.890	895	6.775	2.549	(33.064)	(27.302)	(1.523)	5.953	33.737	26.425	60.162
				5.890	895	6.775	2.549	(33.064)	(27.302)	(1.523)	5.953	33.737	26.425	60.162

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela circulante e não circulante tem os seguintes vencimentos:

	Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante	até dezembro/2018	5.880	87%
	2019	828	12%
	2020	67	1%
Total passivo não circulante		895	13%
Total		6.775	100%

17 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários	12.375	7.934
INSS	7.762	7.432
FGTS	1.030	1.012
Provisões de férias, encargos e bônus	16.286	17.286
Outros	1.043	975
Total	38.496	34.639

18 TRIBUTOS A RECOLHER

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	11.554	12.564
ICMS	94	643
ISS	401	-
IRRF a recolher	1.310	870
Outras	32	302
Total	13.391	14.379

19 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba e 123	16.427	14.118
Juros sobre capital próprio	2.465	-
Reserva de seguros	1.562	1.156
Outras contas a pagar	1.503	3.672
Total	21.957	18.946
Passivo circulante	19.347	18.826
Passivo não circulante	2.610	120
Total	21.957	18.946

20 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos de clientes - prefeituras (i)	17.648	17.465
Adiantamentos clientes de veículos	192	2.684
Total	17.840	20.149

(i) Saldo correspondente a adiantamentos ao Consórcio Metropolitano de Transportes (transporte urbano de passageiros) para o exercício de sua atividade operacional.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa, no curso normal de seus negócios, apresenta depósitos judiciais e demandas cíveis e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas e estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	3.907	3.909	(5.958)	(4.864)
Cíveis	452	901	(46)	(468)
	4.359	4.810	(6.004)	(5.332)

21.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

21.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, previdenciários e trabalhistas.

A Empresa classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentado conforme a seguir:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(5.131)	(14)	(5.145)
Constituição	(2.978)	(456)	(3.434)
Pagamentos	3.245	2	3.247
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.864)	(468)	(5.332)
Constituição	(5.378)	(39)	(5.417)
Pagamentos	4.284	461	4.745
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.958)	(46)	(6.004)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

A provisão para demandas cíveis está relacionada a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

21.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016, processos em andamento de natureza cíveis e trabalhistas nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	8.359	7.116
Cíveis	437	1.058
Tributário	3.858	2.150
Total	<u>12.654</u>	<u>10.324</u>

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS, que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP e (iii) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais em 2016 e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As origens estão a seguir apresentadas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	3.929
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.609	2.493
Provisão para perda de ICMS a recuperar	11.582	11.690
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.333	880
Outras provisões	1.793	4.897
Provisão para perdas em estoque	436	295
Total créditos fiscais brutos	23.753	24.184
Débitos fiscais		
Depreciação econômica vs. fiscal	(15.332)	(22.515)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(6.060)	(13.264)
Diferido órgãos públicos	(25.941)	(20.984)
Total débitos fiscais brutos	(47.333)	(56.763)
Total débitos fiscais, líquidos	(23.580)	(32.579)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo líquido de IR/CS diferidos em 31 de dezembro de 2016	(32.579)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(4.226)
Baixa por programa de parcelamento - PERT	(599)
IR/CS diferidos cindido para CS Frotas	13.824
Saldo líquido de IR/CS diferidos em 31 de dezembro de 2017	(23.580)

22.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	87.676	(7.541)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(29.810)	2.564
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos Fiscais - PAT	230	398
Juros sobre capital próprio	13.080	-
Despesas indedutíveis	(204)	(113)
Outras (adições) exclusões permanentes	(155)	24
IRPJ e CSLL apurados	(16.859)	2.873
Corrente	(12.633)	(10.118)
Diferido	(4.226)	12.991
IRPJ e CSLL no resultado	(16.859)	2.873
Alíquota efetiva	(19,23%)	(38,10%)

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 PARTES RELACIONADAS

23.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

No quadro a seguir, estão os saldos a receber e a pagar das transações da Empresa com suas partes relacionadas:

Ativo	Partes relacionadas do ativo		Relacionamento	Especificação
	31/12/2017	31/12/2016		
JSL S.A.	14.034	18.736	Controladora	Locação Operacional / Venda de Ativos / Reembolso de Despesas
Movida Locação de Veículos S.A.	713	599	Parte relacionada	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
Movida Gestão e Teroitização de Frotas S.A.	220	-	Parte relacionada	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	17.911	Parte relacionada	Venda de veículos / Reembolso de despesas
Yokanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	8	31	Parte relacionada	Locação Operacional / CSA / Reembolso de Despesas
Movida Participações S.A.	4	1	Parte relacionada	CSA / Reembolso de Despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	75	110	Parte relacionada	Locação Operacional
JSL Leasing S.A.	4	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1	Parte relacionada	Reembolso de Despesas / CSA
MagPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	4	9	Parte relacionada	Reembolso de Despesas / CSA
Quick Logística Ltda.	72	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas / CSA
Quick Armazém Gerais Ltda.	2	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas / CSA
Avante Veículos Ltda.	134	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Original Veículos Ltda.	1.517	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Porto Veículos Ltda.	320	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
CS Brasil Frotas Ltda.	2.736	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	10	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Total	19.853	37.458		

Passivo	Partes relacionadas do passivo		Outras contas a pagar		Relacionamento	Especificação
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
JSL S.A.	155	130	-	-	Controladora	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
Movida Gestão e Teroitização de Frotas S.A.	1	-	-	-	Parte relacionada	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	925	-	-	Parte relacionada	Locação Operacional / Compra de veículos / Reembolso de Despesas
CS Brasil Frotas Ltda.	28.890	-	-	-	Parte relacionada	Locação Operacional / Venda de veículos / CSA / Reembolso de Despesas
Quick Logística Ltda.	30	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	-	56	-	-	Parte relacionada	Compra de veículos
Original Veículos Ltda.	20	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Porto Veículos Ltda.	100	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Tranario Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	322	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de Despesas
Ribeira Investis	-	-	67	91	Coligada	Aluguel de imóveis
Total	29.538	1.111	67	91		

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos. No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre a Empresa e os consórcios nos quais a empresa possui participação:

Ativo	Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação	Vigência	Limite
	31/12/2017	31/12/2016				
Sociedades Coligadas						
Consórcio Unileste	-	50	Coligada	Mútuo	31/12/2016	2.000
Total	-	50				
Passivo						
Sociedades Coligadas						
Consórcio 123	-	498	Coligada	Mútuo	31/12/2016	3.000
Consórcio metropolitano de transporte	-	607	Coligada	Mútuo	31/12/2016	3.000
Total	-	1.105				

23.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados decorrentes das transações entre a Empresa e as partes relacionadas:

Resultado	Serviços prestados		Serviços tomados		Venda de frota		Compra de Frota		Outras receitas/(despesas) operacionais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
JSL S.A.	303	7.490	(34.325)	(85.122)	2.284	9.616	(2.284)	(34.503)	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Gestão e Tercerização de Frotas S.A.	13	274	(145)	(536)	-	16	-	-	-	-
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas, e Equipamentos S.A.	-	-	-	(1.666)	-	18.691	-	-	-	-
Avante Veículos Ltda.	244	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	4.063	-	(60)	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	1.005	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	(1.406)	-	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	(1.499)	(1.446)	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	(10)	(13)	-	-	-	(51)	-	-
CS Brasil Frotas	-	-	(9.535)	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	20	(15.018)	(3.077)	-	4	(81)	(63)	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	(667)	(911)
Outros (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(500)	(398)
Total	5.628	7.784	(62.001)	(91.880)	2.365	28.327	(2.365)	(34.617)	(1.167)	(1.3099)

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária onde membros do conselho de administração e fiscal são sócios.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3 Transações ou relacionamentos com partes relacionadas referente a arrendamento de imóveis

A Empresa mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. O valor do aluguel reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 667, enquanto que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor reconhecido foi de R\$ 911. Os contratos têm condições em linha com as práticas do mercado e têm vencimentos até 2027.

23.4 Centro de serviços administrativos

A Empresa, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados e sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante relativo à recuperação de despesas, efetuada pela Empresa foi de R\$ 19.392 (2016 – R\$ 36.836). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos. Adicionalmente a Empresa contrata serviços corporativos da sua controladora JSL S.A., gerando gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 16.661 (2016 – R\$ 37.378).

23.5 Remuneração dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.739 e em 2016 foi de R\$ 1.322, incluindo os encargos. Esse valor foi registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Exceto pelo plano de remuneração baseado em ações mencionado na nota explicativa 25, a Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora JSL S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não houve exercício de opções de ações pelos administradores.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

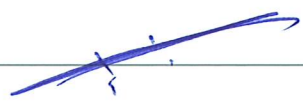
O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 487.208 (R\$ 691.282 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 487.207.735 quotas, sem valor nominal (691.282.081 em 31 de dezembro de 2016). Durante o exercício de 2017, a Empresa efetuou um aumento de capital no valor de R\$ 28.444 (R\$ 5.125 durante o exercício de 2016) que é decorrente da transferência de ativos de sua controladora JSL S.A. Adicionalmente, conforme demonstrado na nota 1.1, em 10 de novembro de 2017 ocorreu uma Cisão que reduziu o capital social da empresa em R\$ 232.518.

24.2 Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para fins das demonstrações das apresentações financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados:



CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	70.817	(4.668)
Juros sobre capital próprio	(38.470)	-
Total destinação do resultado	(38.470)	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve distribuição de lucros pelos quotistas.

24.3 Reserva de capital

Pagamento baseado em ações

A Empresa possui plano de opção de compra de ações, com subscrições de ações da Controladora JSL S.A. determinadas a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora JSL S.A. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações.

Até 31 de dezembro de 2017 foi apropriado nas suas reservas de capital o valor proporcional a CS Brasil de R\$ 440.

25 PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Os planos de remuneração baseado em ações são administrados pelo Conselho de Administração da controladora JSL S.A. e estabelecem: (i) os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços a Empresa para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas pelo exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Empresa durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à empresa do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera o histórico das cotações e volatilidade, os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, de acordo com o resumo abaixo:

Plano	Ano da outorga	Qtde.	Tranche	Preço do exercício	Valor Justo da opção (i)	Período de aquisição	Prazo do exercício
II	2012	2.008	3	8,41	5,94	31/08/2012 a 31/03/2017	04/2015 a 06/2018
III	2013	1.026	2	12,89	7,66	09/05/2013 a 01/04/2017	04/2014 a 06/2019
III	2013	6.536	3	12,89	8,50	09/05/2013 a 01/04/2018	04/2014 a 06/2019
IV	2014	1.098	1	15,55	7,68	23/06/2014 a 01/04/2017	04/2017 a 06/2018
IV	2014	3.222	2	15,55	8,57	23/06/2014 a 01/04/2018	04/2017 a 06/2018
IV	2014	5.087	3	15,55	9,35	23/06/2014 a 01/04/2019	04/2017 a 06/2018
V	2015	13.916	1	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2018	04/2018 a 06/2020
V	2015	10.437	2	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2019	04/2018 a 06/2020
V	2015	16.700	3	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2020	04/2018 a 06/2020
VI	2016	6.366	1	8,36	4,98	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2020
VI	2016	4.774	2	8,36	5,62	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2019 a 06/2020
VI	2016	7.639	3	8,36	6,17	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2019 a 06/2020
VII	2017	4.867	1	9,03	2,02	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	3.650	2	9,03	2,55	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.841	3	9,03	3,02	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

(i) Refere-se ao valor justo da opção na data da outorga.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R\$ 440. No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida uma despesa de R\$ 440, dentro da rubrica de outras despesas administrativas.

26 COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa mantém seguros por meio de apólices que engloba todas as empresas do Grupo JSL, cuja cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme relacionado abaixo.

i. Frota

A Empresa contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio.

ii. Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2016 a 05/2018	79.000
Danos elétricos	12/2016 a 05/2018	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	12/2016 a 05/2018	3.000
Quebra de vidros	12/2016 a 05/2018	10
Desmoronamento	12/2016 a 05/2018	60
Roubo ou furto qualificado	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos estacionários	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos móveis	12/2016 a 05/2018	570
Responsabilidade civil de operações	12/2016 a 05/2018	1.520
Lucros cessantes	12/2016 a 05/2018	600
Roubo de valores no interior do estabelecimento	12/2016 a 05/2018	30
Roubo de valores no trânsito	12/2016 a 05/2018	10
Perda ou pagamento de aluguel	12/2016 a 05/2018	900
Movimentação de carga	12/2016 a 05/2018	350
Mercadoria de terceiros	12/2016 a 05/2018	175.285
Total de cobertura		263.335

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Seguros para garantias de obrigações públicas

A Empresa possui seguros para garantias de obrigações públicas junto a seguradoras em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância Segurada	Vigência
Órgãos ligados ao governo do estado de São Paulo	Locação de veículos / gestão com manutenção	São Paulo	14.655	28/05/2013 à 25/12/2018
Órgãos ligados ao governo do estado do Rio de Janeiro	Locação de veículos / gestão com manutenção	Rio de Janeiro	10.397	03/06/2013 à 14/07/2019
Órgãos ligados ao governo do estado de Minas Gerais	Locação de veículos / gestão com manutenção	Minas Gerais	3.877	22/12/2015 à 01/02/2022
Órgãos ligados ao governo do estado do Paraná	Locação de veículos / gestão com manutenção	Paraná	3.002	08/12/2017 à 14/12/2020
Órgãos ligados ao governo do estado do Rio Grande do Sul	Locação de veículos / gestão com manutenção	Rio Grande do Sul	2.210	01/02/2014 à 21/05/2018
Órgãos ligados ao governo do estado de Goiás	Locação de veículos / gestão com manutenção	Goiás	2.018	18/09/2015 à 07/10/2018
Órgãos ligados ao governo do estado do Mato Grosso	Locação de veículos / gestão com manutenção	Mato Grosso	2.000	06/11/2012 à 18/12/2018
Órgãos ligados ao governo do estado da Bahia	Locação de veículos / gestão com manutenção	Bahia	1.289	29/05/2015 à 18/01/2019
Órgãos ligados ao governo do estado de Pernambuco	Locação de veículos / gestão com manutenção	Pernambuco	930	09/12/2013 à 02/02/2019
Órgãos ligados ao governo do estado do Piauí	Locação de veículos / gestão com manutenção	Piauí	835	12/05/2016 à 20/09/2018
Órgãos ligados ao governo do estado de Santa Catarina	Locação de veículos / gestão com manutenção	Santa Catarina	208	07/11/2016 à 10/12/2019

27 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

27.1 Empresa como arrendatária

A Empresa possui contratos de arrendamento para suas filiais com Empresas integrantes do Grupo JSL e com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

Em 31 de dezembro de 2017 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R\$ 12.560 (R\$ 14.116 em 31 de dezembro de 2016), os pagamentos mínimos futuros são como segue:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
9.693	8.527	6.771	3.001	2.786	2.760

27.2 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional, com prazos de vencimentos até 2027. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro 2017, os recebimentos futuros de arrendamentos estão demonstrado a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Total	440.046	459.661	481.523	505.209	530.284	3.088.463

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reclassificado nota explicativa 2.23)
Receita de prestação de serviços	732.983	880.248
Receita de venda de ativos desmobilizados	143.963	100.928
Receita bruta	876.946	981.176
(-) Deduções da receita		
Impostos sob vendas	(74.779)	(93.231)
Devoluções	(1.977)	(2.323)
Descontos concedidos	-	(9)
Receita líquida total	800.190	885.613

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS (aliquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (aliquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (aliquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (aliquota de 3% ou 7,6%).

29 GASTOS POR NATUREZA

As demonstrações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reclassificado nota explicativa 2.23)
Custo / despesas com frota	(33.035)	(36.585)
Custo na venda de ativos desmobilizados	(135.769)	(103.370)
Pessoal	(221.419)	(277.177)
Depreciação e amortização	(96.458)	(98.082)
Peças, pneus e manutenções	(62.582)	(80.280)
Combustíveis e lubrificantes	(74.645)	(97.126)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(672)	(272)
Propaganda e publicidade	(682)	(873)
Prestação de serviços	(19.820)	(21.564)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.935)	(16.136)
Indenizações judiciais	(15.079)	(10.670)
Energia elétrica	(1.184)	(1.866)
Comunicação	(38)	(117)
Viagens, refeições e estadias	(538)	(528)
Alugueis de imóveis	(12.560)	(14.116)
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	(60.158)	(90.411)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	(340)	(877)
Recuperação de PIS e COFINS	22.819	21.796
Crédito de impostos extemporâneos (i)	37.735	-
Despesas tributárias	(902)	(475)
Outros custos	(33.679)	(64.730)
	(711.941)	(893.459)
Custo na prestação de serviços	(559.067)	(698.554)
Custo na venda de ativos desmobilizados	(135.769)	(103.370)
Despesas comerciais e administrativas	(37.945)	(59.098)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.840	(32.437)
	(711.941)	(893.459)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se a R\$ 3.998 de créditos extemporâneos de INSS e R\$ 33.737 de PIS e COFINS, conforme Nota Explicativa 9.
- (ii) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R\$ 1.381(R\$ 370 em 31 de dezembro de 2016).

30 RESULTADO FINANCEIRO

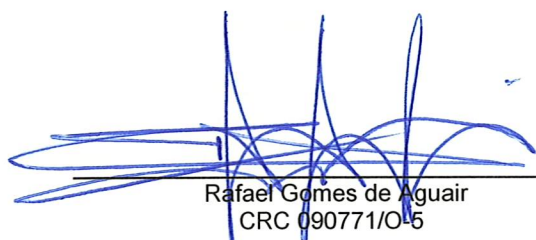
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.525)	(1.689)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(5.953)	(6.826)
Juros de risco sacado	(7.548)	(11.609)
Despesa total do serviço da dívida	(16.026)	(20.124)
Outras despesas financeiras	(2.958)	(1.183)
Ajuste a valor presente	(254)	-
Despesa financeira total	(19.238)	(21.307)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	15.599	16.379
Receita de variação monetária	2.594	86
Ajuste a valor presente	-	3.651
Juros recebidos	281	1.159
Outras receitas financeiras	191	337
Receita financeira total	18.665	21.612
Resultado financeiro líquido	(573)	305

31 INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam o caixa por estarem financiados, abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total das adições do imobilizado	198.461	291.725
Captação de arrendamentos financeiros e FINAME para aquisição de imobilizado	(19.634)	(64.353)
Variação do saldo de risco sacado a pagar – montadoras	96.353	(83.055)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de carros	11.511	-
Movimentações especiais que não afetaram caixa	-	(46.582)
Aporte de capital por meio bens	(28.444)	-
	258.247	97.735
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional	256.956	97.735
Imobilizado para investimento	1.291	-
Total das adições do imobilizado	258.247	97.735


 Rafael Gomes de Aguiar
 CRC 090771/O-5


 Adriano Thiele
 Diretor